

3

Contribuições da morfologia gerativa e da gramática tradicional para os estudos sobre derivações prefixal e sufixal

Nossa intenção, neste capítulo, é refletir sobre as noções de derivação prefixal e sufixal, conforme propõe a morfologia gerativa e a tradição gramatical. Encaminharemos a reflexão em dois sentidos: 1º) evidenciar possíveis limitações em relação às propostas descritivas da tradição gramatical quanto aos processos de prefixação e sufixal, de modo geral; e 2º) dedicar atenção especial aos processos derivacionais eleitos em nosso corpus para análise, quais sejam, as formações com o prefixo des- e os sufixos -oso e -ão, com valor aumentativo.

3.1

Noções de sufixo e de prefixo conforme a morfologia gerativa

Conforme a morfologia gerativa, sufixo é uma forma presa recorrente, que se coloca à direita da base, caracterizando assim uma palavra derivada. O sufixo se distingue de uma base pelo fato de não apresentar significação e/ou função autônoma; tal significação ou função só será explicitada se o sufixo estiver anexado a uma base. Por isso, deve-se tratar de significação ou função do produto e não do sufixo. Por exemplo, -oso é um sufixo porque aparece em várias formações com o sentido de “provindo de X” ou “que apresenta X em abundância” e com a função de formar adjetivos, como em “gorduroso”, “oleoso”, etc. O processo de sufixação não é um fenômeno homogêneo em todas as suas manifestações: há casos regulares, e outros cujos produtos são restritos. A nominalização, por exemplo, é um caso de padrão sufixal, visto que se refere a um tipo de relacionamento que existe entre determinadas palavras da língua (associação paradigmática entre verbos e nomes) e que se caracteriza por produtividade praticamente plena. Observemos mais de perto este processo:

Basilio (1980) mostra que, quanto às nominalizações, há dois níveis de significado: 1º) toda e qualquer forma nominalizada é semanticamente relacionada

ao verbo correspondente, podendo desenvolver significados posteriores, como ocorre em “declaração” e “impressão”; e 2º) nomes podem ser interpretados num sentido nominal ou num sentido verbal, como “fuga”, “luta” ou “almoço”. Um outro aspecto importante é a existência de um padrão geral em português: dado qualquer verbo X no léxico, este verbo normalmente deverá apresentar no léxico uma contraparte nominal X’; sendo tal relação unilateral, ou seja, não se espera que todos os nomes tenham no léxico verbos associados a eles. Há muito mais nomes deverbais do que nomes morfológicamente básicos associados a verbos. Em resumo: nomes podem constituir a base para a formação de verbos, mas verbos devem ter uma contraparte nominal no léxico. É preciso também destacar que sempre que um verbo não é denominal, deve-se esperar que um nome deverbal seja formado. Mais ainda: como verbos denominais já apresentam uma contraparte nominal no léxico, nomes deverbais formados na base de verbos denominais são extremamente raros, devido ao bloqueio.

Conforme Basilio (2006), a formação de substantivos a partir de verbos tem três motivações principais: 1ª) denotativa: utilizar o significado do verbo para denotar seres e entidades; 2ª) gramatical: adaptar o verbo a contextos sintáticos que exigem um substantivo; e 3ª) textual: usar um substantivo derivado do verbo para fazer referência a uma estrutura verbal anteriormente utilizada no texto. As estruturas mais produtivas de formação por sufixação caracterizam-se pela adição dos sufixos -ção, -mento, -da e -agem. Os sufixos -ção e -mento são semanticamente vazios; -da e -agem apresentam especificações semânticas.

Reflitamos, então, sobre os prefixos. O prefixo é uma sequência fônica recorrente, que não constitui uma base, e que se coloca à esquerda de uma base, com o objetivo de formar uma nova palavra. Em decorrência da necessidade de mudança categorial, surge um novo vocábulo sufixado na língua. No entanto, quando se anexa um prefixo a uma base, não se dá a mudança de classe: são raras as formações cristalizadas do português em que se dá a transposição de categoria lexical em decorrência da anexação de um prefixo. Rocha (2008) exemplifica este fato com formações como “demente” (de- + “mente”), “inglório” (in- + “glória”), imberbe (in- + “barba”), disforme (dis- + “forma”), etc. Formações prefixais com bases livres são muito produtivas na língua. A transparência morfológica e semântica da base livre favorece o aparecimento de inúmeros casos de derivação prefixal.

3.2

Noções de sufixo e de prefixo conforme a tradição gramatical

Conforme apontamos, a descrição dos processos de prefixação e sufixação na tradição gramatical apresenta diversas limitações, das quais passaremos a tratar.

Rocha (2008: 49) apresenta quatro tipos de problema nos compêndios de gramática tradicional: 1º) A apresentação de listas de afixos, sem que se proceda a um estudo interpretativo ou sistemático desses elementos, ou, pior ainda, a inclusão de afixos que formam palavras a partir de regras morfológicas diferentes num mesmo item de descrição (Cunha & Cintra (1985: 94) especificam a categoria lexical da base e do produto, mas sem detalhamento sobre os tipos de base e de produto); 2º) A confusão entre sincronia e diacronia; 3º) A ausência de critérios para saber se uma palavra tem afixos ou não; e 4º) A questão da regularidade, previsibilidade e sistematização das relações afixais: as gramáticas não fazem, por exemplo, diferenciação entre processos extremamente produtivos, como o do grau diminutivo, ao lado de formações anômalas em que os sufixos são imprevisíveis, tanto sob o ponto de vista morfológico quanto sob o ponto de vista semântico.

A valorização das listas pode levar a uma interpretação mecânica dos processos derivacionais, como a de que para se formar um substantivo com o sentido de “multidão, coleção”, basta acrescentar -ada a qualquer substantivo, como em “boiada” e “papelada”. Mais ainda: devido à preocupação normativa, só constam da lista das gramáticas palavras e expressões cristalizadas, o que, conforme Rocha (2008: 60), corresponde a uma “mutilação do fenômeno linguístico, uma vez que as formações esporádicas são a prova evidente do aspecto produtivo da morfologia lexical”. Conforme este mesmo autor, a divisão dos prefixos em dois grupos, de origem latina e de origem grega, típica dos compêndios de descrição da língua em uso, interessa exclusivamente à gramática histórica.

Said Ali (1964), no entanto, aborda a questão da produtividade dos prefixos, ao enunciar diversos prefixos do português quanto a sua utilização pelos falantes na criação de novas formas do falar do cotidiano. O gramático especifica,

entre prefixos concorrentes, qual tende a ser usado produtivamente – observando, assim, explicitamente, o fato de que formas novas construídas pela adição de prefixos são realmente criadas pelos falantes; e reconhece, implicitamente, que nem todo prefixo da língua reconhecido como tal pelos gramáticos em formas já existentes se coloca como produtivo. No entanto, o vislumbre desse estudioso não foi levado em consideração por seus seguidores.

Quanto à prefixação, em sua maioria, as gramáticas consideram-na um processo de derivação, que consiste na formação de palavras pelo acréscimo de um prefixo a um radical. O prefixo é definido como um afixo que se antepõe ao radical para lhe fornecer basicamente significados específicos. Alguns gramáticos incluem os prefixos nos processos de composição, devido ao fato de alguns prefixos poderem funcionar como formas livres na língua; essa proposta não é corroborada por Said Ali (1964), Celso Cunha (1975) e Rocha Lima (1998), os quais mantêm a prefixação entre os processos de derivação, visto que, para eles, além de a possibilidade de ocorrer de forma autônoma não abarcar todos os prefixos, nem sempre é fácil classificá-los como formas presas ou livres.

Said Ali (1964) mostra também que não faz sentido usar o fato de que alguns prefixos funcionaram como preposições ou advérbios independentes num passado remoto como justificativa para incluí-los no processo de composição, visto que muitos sufixos também procedem de expressões que eram usadas isoladamente; ou seja: o argumento diacrônico, se considerado, além de não servir ao esclarecimento de problemas da morfologia derivacional, acabaria por invalidá-la. Mattoso Câmara (1970) defende a inclusão dos prefixos na composição valendo-se da noção de que assumem um valor significativo que cria para o radical um novo sentido, introduzindo no conjunto uma idéia subsidiária. Celso Cunha (1975) reconhece o fato gramatical apontado por Mattoso (1970), mas não concorda com sua consequência, baseado no fato de que prefixos e sufixos formam novas palavras que mantêm em geral uma relação de sentido com a base derivante, o que é diferente do processo de composição, que forma palavras de regra sem relação de sentido com as bases componentes. Bechara (2004) destaca o fato de que os prefixos, ao contrário dos sufixos, que assumem um valor morfológico, funcionando como marcadores de classe gramatical, apresentam maior força significativa. Também mostra que não se podem deixar de lado os valores semânticos dos elementos que integram os constituintes e seus reflexos

nos produtos derivacionais, além das motivações do contexto. Conforme o gramático, a concepção afixocêntrica na produção lexical está sendo revista, para pôr em evidência o papel que desempenham as bases e os mecanismos derivacionais na criação lexical.

Em resumo, porém, a tradição gramatical dá tratamento homogêneo à derivação prefixal: depois de observações gerais e particulares, apresenta uma lista de prefixos dividida em duas partes: os de origem grega e os de origem latina, na qual apresenta-se primeiro a forma erudita de cada prefixo, depois as formas alteradas, caso existam; depois, é apresentada uma série de especificações semânticas atribuídas a cada prefixo em questão, seguidas de exemplos ilustrativos. Ou seja: além de o estudo tradicional da prefixação se resumir a uma coleta e classificação de dados através de critérios nem sempre precisos, ora sincrônicos, ora diacrônicos, persiste ali a concepção de que os prefixos se associam a significados precisos; ou seja, o que há é uma série de atribuições semânticas para cada prefixo, sem qualquer referência à possibilidade de tal elemento morfológico ser desprovido de significado.

3.3

O prefixo des-

Conforme o dicionário Houaiss (2004), des- é prefixo de formação vernácula, de origem latina, e extremamente prolífico; exprime sobretudo: 1) oposição, negação ou falta (como em *desabrigo*, *desamor*, *desleal*, *dessaboroso*); 2) separação, afastamento (como em *descascar*, *desembolsar*, *desenterrar*); ou 3) aumento, reforço, intensidade (como em *desafastar*, *desaliviar*, *desapartar*, *desferir*, *desinfeliz*). A esses sentidos o dicionário Aurélio (1986) acrescenta o caráter reiterativo, citando um único exemplo: *deslavar*.

As obras de Rocha Lima (1998) e Cunha & Cintra (1985) corroboram tais informações. Bechara apresenta o prefixo em questão assim desdobrado: de(s)-, di(s)-; aos sentidos já aqui apontados, acrescenta os de “cessação de um ato ou estado” e “ablação”. Quanto a este último, cita exemplos como *desfear* (fazer muito feio) e *desmudar* (mudar muito). Em observação, faz ver que de(s)-, di(s)- alternam-se com os prefixos ex-, es- e e-, como ocorre nos pares *escampado-*

descampado; extenso-distenso; esmaiar-desmaiar; desapropriar-espropriar, desfiar-esfiar.

Said Ali (1964) aponta para o prefixo des- o sentido “coisa ou ato contrário”, fazendo ver que a certos verbos des- acrescenta a noção de tirar ou separar uma coisa da outra (como em *descaroçar, desfolhar, desmascarar*), e que às vezes des- é mero reforçativo (*desinquietar, desinquieto*). Em princípio, des- só é possível ao lado de verbos cuja ação reversa seja possível. Mas há casos em que não se pode atribuir este significado ao prefixo: quanto a “descascar”, por exemplo, não há verbo correspondente para a ação contrária; em “desmastigar”, o verbo básico não contém uma ação reversível; neste caso, é preciso decidir entre a impossibilidade semântica da formação com des-, e a interpretação do prefixo sem a noção de reversibilidade, como em “descascar”.

No corpus estudado por Sandmann (1989), são encontradas 34 formações novas com o prefixo em questão, sendo 17 substantivos, 10 adjetivos e 7 verbos. O estudioso conclui que o prefixo tem uma significação negativa, mas são feitas distinções: os adjetivos, com exceção de *desestatizante*, têm todos um conteúdo estático; des- significa “não” ou nega a base a que se une. Diante de verbos e substantivos (em sua maioria indicando ação), significa em geral “afastamento”, “separação”, “volta a uma situação”, como *desburocratização* e *desestabilizar*.

Klima, trazido por Longo (1980), chama à atenção sobre dois pontos em relação à negação em português: 1º) o afixo negativo e a negação pré-verbal são diferentes quanto ao significado. A sentença “Ela é infeliz” não é forma alternativa para a sentença com negação “Ela não é feliz”; 2º) a negação morfológica propriamente dita é realizada pelo prefixo in-; o prefixo des- realiza a negação contrária. Para Neves (2000), a negação é uma operação atuante no nível sintático-semântico (no interior do enunciado), bem como no nível pragmático, constituindo-se num processo formador de sentido, e agindo como instrumento de interação dotado de intencionalidade. Mais ainda: é um recurso argumentativo (ou contra-argumentativo), expresso por meios linguísticos diversos, visto que abriga fenômenos de tipos diferentes.

Ainda conforme a mesma autora, quanto aos adjetivos e nomes, há outras modalidades de interpretação diferentes da negação propriamente dita e da “ação contrária”. Os adjetivos que têm correspondentes verbais, aqueles que são participios passados de verbos, são assim descritos: 1º) indicam o estado contrário

da ação prevista pela base, como em *desenformado*; isto se dá porque este tipo de adjetivo só tem sentido como particípio passado do verbo e não como adjetivo autônomo; o sentido do prefixo do adjetivo é relacionado ao sentido do prefixo no verbo; 2º) permitem duas interpretações, como em *desagasalhado*, que pode significar aquele que deixou de estar agasalhado, ou o não agasalhado; aqui o prefixo significa negação, pois a formação não tem o seu sentido associado ao do verbo que lhe deu origem, visto que a formação “agasalhado” pode ser interpretada sem o acréscimo do sentido verbal. Quanto aos adjetivos sem correspondentes verbais, a interpretação do prefixo é a negação propriamente dita, a negação da qualidade, como em *desleal*, que significa “não leal” ou “sem lealdade”.

Nas construções substantivas, identificam-se nominalizações de adjetivos autônomos; aqui o prefixo pode ter o sentido de negação, ou “o contrário de”, como na relação *desanimado / desanimação*, o que também ocorre quando não há nominalização, como em *desassossego*, que pode significar “falta de sossego” ou “contrário de sossego”. Nas construções, se deverbais, o prefixo também adquire o sentido de “contrário”, mais diretamente relacionado com o verbo do qual partiu; a formação será interpretada como o efeito da ação verbal, como no grupo *desbloquear/ desbloqueado/ desbloqueio*; aqui o substantivo só pode ser interpretado com o sentido relacionado ao verbo de origem. Quanto aos poucos substantivos sem correspondente verbal, podem-se fazer duas interpretações: a falta ou “o contrário de”, como em *desafeto* e *desamizade*. Longo (1980) afirma que, ao se combinar com verbos, o significado “negação” não seria plausível, na medida em que o verbo teria sua ação negada dentro da própria construção morfológica.

A partir de tais ponderações, pode-se dizer que o prefixo des- significa ação contrária; nos adjetivos derivados de verbos (pouquíssimos são os sem correspondente verbal), significa estado contrário (como em *desencardido*); apresenta o sentido “negação” ao lado de “ação contrária” naqueles adjetivos que podem ser autônomos, como em *desagasalhado*, que pode significar “sem agasalho” ou estado contrário ao de “agasalhado”. Com substantivos, a interpretação do prefixo pode estar relacionada com o adjetivo a eles associado e apresentar o significado “negação”, quando nominalização de adjetivos autônomos; pode ainda estar relacionada ao substantivo que deu origem à

formação e apresentar o significado “ação contrária”, como em *desbloqueio*. Conclui-se, então, que o prefixo des- pode ser usado produtivamente na formação de novas construções.

É interessante registrar que, conforme Attié (1990), em artigo que focaliza a aquisição da classe dos verbos que expressam ações reversas, a criança vive uma fase em que usa de forma indiferenciada itens que expressam ações reversíveis (como *ligar* por *desligar*), não reconhecendo ainda des- como morfema independente; só o faz quando emergem os “novos” verbos prefixados por des-, criados por ela, o que mostra ter apreendido uma regularidade morfológica, ainda sem limites reconhecidos. Na fase adulta, tais limites fixam-se pela convivência de formas lexicalmente marcadas ao lado de formas morfológicamente marcadas, como *abotoar* / *desabotoar* ao lado de *apagar* / *acender* ou *abrir* / *fechar* para a expressão de uma ação e seu reverso.

Conforme Attié, além de se aplicar a bases verbais que expressam atos de encobrir ou atar superfícies, como em *descobrir*, *destampar* e *desencapar*, o prefixo des- aplica-se sobre outras bases verbais que expressam ações que afetam objeto ou entidade, fazendo-os mudar para a sua condição anterior, como em *desligar* (a TV), *desobstruir* (o pátio) ou *desmobilizar* (a população). Deve-se acrescentar ainda que este prefixo é também usado para negar simplesmente o significado da base verbal a que se junta, como em “o governo descumpre a Constituição” ou “a criança desobedeceu os pais”.

3.4

Sobre sufixação

Monteiro (2002) destaca, dentre outras, as seguintes particularidades dos sufixos derivacionais: 1^a) não alteram fundamentalmente o significado do semantema, especializam-no; como evidencia-se na lista “livr”, “livro”, “livraria”, “livreiro” e “livrinho”; 2^a) produzem novas palavras, sendo possível com qualquer forma livre ser criada uma série de vocábulos, desde que sejam acrescentados os sufixos adequados. Tal condição, a assistemática, caracteriza os sufixos derivacionais, visto que não se aplicam a todas as palavras primitivas existentes na língua. Esse raciocínio explica palavras como *umbigudo* ou *palpebrudo*, embora estranhas aos falantes, serem formações possíveis na língua, uma vez que

o sufixo -udo caracteriza-se por se associar a palavras que designam partes do corpo, como ocorre em *barrigudo* ou *orelhudo*; por outro lado, justifica a especificidade de formações como em -vel, cujas bases não podem ser quaisquer substantivos, mas apenas aqueles correspondentes a cargos ou funções, e uma forma nominalizada como “declaração”, que em geral se refere não ao fato de que “X declarou Y” mas ao que foi declarado; e 3ª) são facultativos, já que sempre haverá recursos na língua para evitá-los, como mostram as correspondências *muralha* = “muro alto” ou *jornaleiro* = “quem vende jornais”. Admite o autor a polissemia dos sufixos, dada a possibilidade de que um mesmo sufixo expresse mais de um conteúdo significativo.

Um outro aspecto a se considerar é a advertência de Debaty-Luca, trazido por Monteiro (2002), o qual afirma que não se descobre o significado do sufixo senão por meio do sentido global da palavra derivada. Também conforme este raciocínio, Rio-Torto, trazida por Bechara (2004:357), acrescenta que, ao lado dos valores sistêmicos, associam-se aos sufixos valores ilocutórios intimamente ligados aos valores semânticos das bases a que se agregam, dos quais não se dissociam.

É importante observar se a aplicação de um dado sufixo com exclusão de outros é arbitrária ou resulta de condicionamentos morfofonêmicos ou semânticos, como o bloqueio. São eles: 1ª) a existência de outro vocábulo que recubra total ou parcialmente o que seria o significado potencial da formação descartada; 2ª) a existência de uma palavra homônima; e 3ª) a simples impossibilidade de se imaginar uma entidade ou uma propriedade que corresponda ao significado potencial e tenha relevância necessária para ser codificada lexicalmente.

Por outro lado, como o bloqueio só explica a impossibilidade de duas formas funcionarem exatamente com o mesmo significado, toda vez que houver necessidade por questão de variabilidade semântica, formas paralelas surgirão. Neste caso, cabe observar que forma o contexto discursivo determina. Mais ainda: o bloqueio pode implicar a idéia de que o léxico seja estático, fato que contradiz o próprio princípio da criatividade léxica. Por isso, é preciso considerar que, embora a língua faça restrições semânticas (que impedem, por exemplo, o uso da formação **remorrer*), sintáticas (como **fracassável*, formação impedida por não ser formada de verbo transitivo), morfológicas (como **empobrecidade*, de

empobrecer) e fonológicas (como **inlógico*), o falante, em certos contextos, não as considera.

3.5

O sufixo -oso

Conforme Monteiro (2002), o sufixo -oso indica qualidade, intensidade ou estado. Bastante produtivo no latim e nas línguas românicas, não se acrescenta a bases verbais, e sim a bases nominais ou adjetivas. Desta forma, não se pode conceber que um adjetivo como *saudoso* derive do verbo *saudar*, mas antes do substantivo *saudade*, mediante haplogia: *saudade* => *saudadoso* => *saudoso*. Bechara (2004:363) registra -oso e -uoso entre os principais sufixos para formar adjetivos. Said Ali (1964:113) mostra que, nas formações com -oso, certos adjetivos adquirem duplo sentido, ativo e passivo, como *temeroso*, que tanto pode significar “que é cheio de temor” quanto “que provoca temor”; associam-se a tal raciocínio formações como *lamentoso*, *lastimoso*, *vergonhoso*, *angustioso*, etc.

Conforme Basilio (2006: 53), processos de formação de adjetivos servem ao propósito de formar predicadores ou elementos de atribuição de qualidades e propriedades a substantivos. Adjetivos são em geral formados de substantivos e verbos, mais raramente de outro adjetivo; nestes últimos casos se altera apenas a subcategoria da classe de palavras: *celeste* (referente ao céu, em sentido mais geral); *celestial* (referente ao céu em sentido religioso) – aqui há a transposição da palavra para uma outra classe referencial. Normalmente, os adjetivos de função denotativa não podem ser intensificados e não são usados com verbos que indicam avaliação. O processo formador do adjetivo com adição do sufixo -oso adiciona ao substantivo base (latino primitivo ou derivados) o elemento semântico “provido de”. O verbo e o adjetivo são predicadores, mas o verbo denota eventos e relações representados no tempo enquanto o adjetivo denota qualidades e propriedades tidas como estáveis. Basílio (2006) exemplifica este raciocínio com a seguinte lista: *valoroso*, *montanhoso*, *perigoso*, *preguiçoso*, *oleoso*, *rochoso* e *brilhoso*. Ressalta ainda que diferentes processos de formação produzem adjetivos derivados uniformes ou bifformes; a adição do sufixo -oso às bases forma adjetivos bifformes. Tal sufixo combina-se dentro das regras normais com bases nominais (*misterioso*), consoante de ligação (*pedregoso*, *arenoso*) e supressão de sílabas

(*infeccioso, religioso*). Tem ainda ocorrências isoladas ou desmotivadas (*frutuoso, curioso*), sendo indicado para se combinar com nomes cujo conteúdo se reporta a atitudes ou sentimentos humanos ou outros, como doenças (*corajoso, tifoso, virtuoso*).

3.6

O sufixo -ão

Conforme Monteiro (2002), o sufixo -ão é variante de -ano e funciona como formador de aumentivos (*panelão*), superlativos (*valentão*) e agentivos (*brigão*). As alomorfas principais são -zão (*tatuzão*) e -arão (*casarão*), em que também se pode entender a presença de interfixos. No feminino muda para -ona, sobretudo em adjetivos (*valentona*). Quando se prende a um verbo, se este pertence à primeira conjugação, une-se diretamente à base, como em *apertão*, *beliscão* ou *mandão*. Quando o verbo é de outra conjugação, o recurso ao interfixo é quase obrigatório (*beberrão, comilão, sabichão*). Nesses casos, é válido dizer que o interfixo tem uma função gramatical de habilitar um sufixo para unir-se a uma base então interdita.

Monteiro (2002) discute a questão de saber quando um substantivo terminado em -ão deriva de um verbo ou constitui um aumentativo do deverbal. A princípio, conforme o estudioso, a intuição poderia resolver o problema: se o substantivo em -ão se refere a um ente, se prende diretamente ao verbo, como em *brigão* ou *beberrão*; se sugere uma ação, constitui uma forma intensificadora de um nome deverbal, como em *beijão* e *abração*. O problema persiste porque não se resolvem formas como *puxão* e *pisão*, que, por não poderem ser aumentativos de nomes deverbais, visto que formas como *puxo* e *piso* são bloqueadas, devem prender-se diretamente aos verbos “puxar” e “pisar”. Há outros problemas em formas como *apertão*; aqui parece poder se interpretar como derivado imediato tanto de “aperto” como de “apertar”.

Cunha & Cintra (1985: 88) advertem que, nos aumentativos em -ão, o gênero normal é o masculino, mesmo quando a palavra derivante é feminina. Assim “a parede”, mas “o paredão”; e também “uma mulher”, mas “um mulherão”. Só os adjetivos fazem diferença entre o masculino e o feminino,

diferença que, naturalmente, conservam quando substantivados: *solteirão* – *solteirona*; *chorão* – *chorona*.

Basilio (2006), refletindo sobre a sufixação sem mudança de classe, argumenta que, em português, o grau morfológico é implícito, ou seja, expressa-se um grau de dimensão ou intensidade a partir de uma medida considerada como padrão pela cultura. No caso do grau aumentativo, pode haver uma função expressiva, na qual se expressa subjetiva ou retoricamente o impacto da dimensão, excelência ou intensidade de algo (como em *apartamento* ou *valentão*), ou denotativa, quando se quer designar um novo objeto, relacionado, porém distinto do que é denotado pela base, e caracterizado como de grande dimensão (como em *varandão* ou *calçadão*). Dependendo do contexto, pode haver ambiguidade entre as funções expressiva e denotativa. No entanto, uma característica morfológica separa os dois casos: o aumentativo denotativo é feito pelo sufixo -ão e é masculino e invariável. Já o aumentativo expressivo apresenta duas possibilidades com palavras femininas: mantém-se o gênero feminino, formando o aumentativo com a forma feminina -ona; ou usa-se -ão, caso em que a forma no aumentativo passa a ter gênero masculino.

Em estudos descritivos da língua, o aumentativo, quase sempre associado aos substantivos, é relacionado à possibilidade de indicação de “aumento do ser”, expressa via sufixação ou aposição de adjetivos ou advérbios de intensidade junto ao nome, processos considerados sinônimos, embora ao primeiro seja associada a expressão de afetividade, geralmente de valor depreciativo ou pejorativo, e, ao segundo, a indicação de simples dimensão.

A produtividade do aumentativo, comparada à do diminutivo, é pequena, visto ser diminuto o número de vocábulos aos quais é possível ajuntar os mais comuns sufixos formadores de aumentativo. O valor emotivo que o aumentativo expressa por meio da sufixação não é uma tendência, visto que, entre formas analíticas e sintéticas há uma diferença formal, a que corresponde uma diferença de valor expressivo, a qual é constante. Se, por um lado, o aumentativo sintético não é registrado em discursos onde a emotividade deve ser contida, por outro, é amplamente usado na propaganda, claramente apelativa à emotividade de virtuais clientes. Enquanto ao grau explícito do aumentativo está associada a neutralidade de emoção, ao grau implícito associa-se a emotividade. Rosa (2006) mostra que, em casos como *Jorge é mais alto que Henrique*, a explicitação do referente torna

objetiva a interpretação da frase; já em casos como *Jorge é altíssimo* ou *Jorge é muito alto*, a ausência do referente pode levar a avaliações diversas sobre o que é afirmado.

Rosa (2006) também apresenta o problema de se incluírem os agentivos, como *brigão* ou *resmungão*, derivados de verbos, entre os aumentativos. Faz ver a fragilidade de tal proposta, a partir dos seguintes argumentos: 1º) por derivarem de verbos, os agentivos não mantêm, com o termo-base, uma relação de quantidade, já que o seu referente é quem pratica ação verbal, e não a ação em si; 2º) não há, para eles, diminutivos correspondentes, característica dos aumentativos (vide a impossibilidade de se associar, por exemplo, *fujão* a *fujinho**, ou *pidão* a *pidinho**); e 3º) a junção de sufixos diminutivos a eles forma palavras gramaticais, o que não ocorre com os aumentativos. Vide a impossibilidade semântica de *janelonzinha** e a perfeição gramatical de *comilãozinho*, justificada por Rosa devido não só às noções de diminutivo e de aumentativo estarem sendo aplicadas ali a elementos diferentes, respectivamente, ao ser que pratica a ação e à ação expressa pelo radical verbal, mas também porque as noções de intensidade e diminutivo têm planos distintos: à ação verbal associa-se plano intensivo-pejorativo; ao ser que pratica a ação, plano de dimensão-afetividade.

Rosa também faz importante apreciação sobre o problema de não serem consideradas as relações entre as bases e os derivados quanto da descrição dos aumentativos. Sobre lista de “aumentativos” designadores de atos violentos, proposta por Said Ali (1964), observa a autora que, por exemplo, em pares como *empurro* / *empurrão* ou *empuxo* / *empuxão*, base e derivado são sinônimos, podendo a primeira ser pouco usual; por outro lado, em pares como *esfrega* / *esfregão* ou *trambolho* / *trambolhão*, a diferença entre a base e o derivado não é apenas de quantidade, mas de especialização. Por isso, Rosa propõe que sejam considerados como aumentativos somente os derivados da lista que mantêm com suas bases relação quantitativa, como ocorre em *bofete* / *bofetão* ou *mergulho* / *mergulhão*. Para ratificar sua proposta, faz ver que boa parte dos termos considerados por Said Ali como “aumentativos” podem receber diminutivo, o que prova não estar lá o sufixo -ão indicando intensidade ou dimensão maiores que o normal. Exemplifica-se: *empurrãozinho*, *arranhãozinho*, *apertãozinho*, etc.

Sandmann (1989), que apresenta o sufixo -ão como formador de aumentativos, em estudo sobre dezoito novas formações com o sufixo em questão, observa que muitas são, com relação à atitude emocional do emissor, preferencialmente neutras, como *emendão* e *varandão*; outras se prestam para a expressão da atitude emocional favorável do emissor, como *povão* e *goleirão*, e outros são aumentativos idiomatizados, visto que o conteúdo não corresponde à soma do significado da base mais o significado do sufixo, como *calçadão* e *bandejão*. Desta forma, mostra que o significado de uma palavra aumentativa ou diminutiva depende, muitas vezes, da situação, o que é assunto da pragmática.

Para Vilela (1994), os sufixos formativos dos substantivos denominais apreciativos (aumentativos e diminutivos) modificam quantificando valorativamente (no sentido positivo ou negativo) determinados semas constitutivos do conteúdo dos nomes base. Contudo, conforme este autor, tal domínio do léxico é muito permeável ao contexto, aos chamados “conotemas”, à situação, etc. O sufixo -ão é efetivamente o mais produtivo no domínio da aumentação, podendo modificar de nomes (*asneirão*, *tempão*) e adjetivos (*solteirão*, *bonitão*) a raízes verbais (*mandão*, *chorão*, *saltitão*, *brigão*, *lambão*); nos aumentativos denominais há tendência para a masculinização dos derivados; com base adjetiva, dá-se continuidade à flexão, como mostram as associações *bonitão-bonitona* e *sabidão-sabidona*.